

**O DISCURSO SOBRE AS POTENCIALIDADES CULTURAIS E AS ESTRATÉGIAS
DE PROJEÇÃO REGIONAL DE PEQUENAS CIDADES NO RECÔNCAVO BAIANO**

Janio Roque Barros de Castro¹

Resumo

Nas duas últimas décadas notou-se uma valorização da questão cultural no discurso oficial dos gestores públicos de algumas cidades da Bahia. No presente trabalho, analisam-se as estratégias adotadas por pequenas cidades da Região do Recôncavo Baiano, que buscam se destacar como pólos regionais e turísticos a partir da exploração dos seus atributos culturais materiais e imateriais. Para a consignação dos objetivos, utilizou-se um referencial teórico-conceitual que foi relacionado à análise de documentos institucionais como planos diretores urbanos. O trabalho revelou que a cidade de Cachoeira procura associar as potencialidades do seu patrimônio cultural edificado à expressividade das suas festas populares enquanto que as cidades de Amargosa e Cruz das Almas planejam criar equipamentos culturais e investem eventos festivos sazonais, buscando assim promover a imagem da cidade no contexto regional.

Palavras-chave: Potencialidades culturais, pequenas cidades, espaço urbano, centralidade cultural.

¹ Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia e do quadro permanente do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional na referida instituição. Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia.

E-mail: janioroquec@yahoo.com.br



Introdução

No contexto da hierarquia urbana tradicional divide-se as cidades em metrópoles, centros regionais, que correspondem geralmente a cidades de médio porte, centros sub-regionais, que seriam aquelas unidades urbanas situadas em uma situação intermediária entre a pequena e a média cidade, e, por fim, as pequenas cidades. Esse arranjo urbano funciona como um sistema aberto, articulado, como lembra o professor Roberto Lobato Corrêa (1989). Quanto maior a oferta de bens e serviços maior a polaridade de uma cidade e, conseqüentemente, mais elevada a sua posição nos patamares da rede urbana. Dessa forma, fica fácil identificar as unidades urbanas que exercem influência em uma determinada região ou mesmo país. Além desses aspectos funcionais citados, o que caracterizaria uma pequena cidade? A partir da leitura do senso comum, a resposta a esse questionamento não seria uma tarefa muito laboriosa. Por outro lado, sob o ponto de vista acadêmico, a elaboração de conceitos, classificações implicam necessariamente na definição de critérios norteadores do recorte analítico. No caso específico das tipologias urbanas e da sua inserção em uma rede hierárquica, esses critérios podem ser de natureza socioeconômica, político-administrativa ou cultural, como se propõe nesse ensaio.

Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem, por isso é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos. Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em *shoppings* podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que na pequena cidade esses encontros são constantes em função da “circularidade repetitiva”: passa-se pela mesma praça ou logradouro público várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, pára, conversa. Um outro aspecto que caracteriza a pequena cidade é a natureza dos eventos sociais locais; um casamento de uma pessoa conhecida, muitas vezes, não se limita apenas à esfera familiar e acaba se tornando um evento social da cidade. Algumas festas familiares, comunitárias, públicas ou privadas mobilizam toda a cidade.

Atualmente tem-se verificado uma valorização das manifestações culturais, como os eventos festivos, que são cada vez mais espetacularizados. Como essa valorização da cultura no / do espaço urbano chega à pequena cidade? Cidades como Cachoeira e Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, por exemplo, podem ser consideradas como pequenas ou como centros locais situados nos patamares inferiores da hierarquia urbana tradicional, no entanto, sob o prisma das suas potencialidades culturais materiais e imateriais, podem ser consideradas centros urbanos de projeção regional e sazonalmente extrarregional. Na Bahia, a partir sobretudo dos anos 1990, as pequenas festas de algumas pequenas cidades foram progressivamente se transformando em grandes eventos festivos, configurando assim uma modalidade de turismo

sazonal. Esses eventos passaram a ser utilizados pelos gestores públicos como divulgadores dos atributos culturais materiais e imateriais dessas cidades, buscando assim inseri-las no circuito turístico do estado. Para a consignação desses propósitos, além de se promover eventos festivos espetacularizados lastreados midiaticamente, algumas cidades passaram a valorizar a questão cultural em documentos institucionais como os planos diretores urbanos.

Entende-se por centralidade cultural, o uso e exploração das potencialidades culturais na / da cidade, com o propósito de transformá-la em um centro regional sazonal ou perene. Como pode ser dimensionada analiticamente a questão da centralidade cultural aplicada a pequenas cidades? No presente trabalho, analisam-se as estratégias de pequenas cidades baianas como Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas para se destacarem como pólos regionais a partir da exploração dos seus atributos culturais materiais e imateriais. Na primeira parte deste ensaio, faz-se uma breve apreciação da relação entre cultura e espaço urbano para posteriormente analisar a concepção de centralidade cultural aplicada às pequenas cidades, a partir da menção e análise de estudos de caso na região do Recôncavo baiano.

Cultura e espaço urbano: uma apreciação preliminar

A cidade é uma produção coletiva de múltiplos agentes sociais e de diferentes técnicas ao longo do tempo. O desenho urbano e as práticas sociais na / da cidade são reflexos não apenas da dinâmica política e socioeconômica como também é produto e reproduz o contexto cultural no qual está inserido. Segundo Corrêa (1993) o espaço urbano é reflexo e condicionante social. Nesse contexto, como analisar a cidade a partir do viés cultural? Nesse trabalho busca-se compreender a relação entre cultura e espaço urbano a partir das especificidades de pequenas cidades do interior da Bahia.

A questão cultural está cada vez mais presente no discurso oficial dos gestores públicos de pequenas cidades da Bahia. Como lembra Otilia Arantes (1998), nunca se falou tanto em cultura e seus derivados como nos dias de hoje, determinando o que essa autora chama de “era da cultura”. O enfoque dos processos urbanos contemporâneos sob o prisma cultural reveste-se de grande relevância na atualidade devido à dimensão espacial dos eventos culturais que criam dinâmicas e formas efêmeras, constituindo assim as cidades-espetáculo. Nessa mesma linha, a professora Ana Fernandes (2006) destaca a chamada culturalização generalizada. Entretanto, essa autora chama a atenção para um paradoxo: se por um lado esse processo promove o afloramento de novas e instigantes realidades, por outro ocorre o empobrecimento de perspectivas mediante as práticas avassaladoras da mercantilização que hegemonomizam, instrumentalizam e banalizam a cultura.

Nos meios acadêmicos, tem se notado a intensificação de pesquisas e discussões que trazem à baila conceitos e questões acerca da relação cidade e cultura. Em um país como o

Brasil, no qual se nota uma grande diversidade de manifestações culturais, muitas das quais no espaço urbano, é de fundamental importância uma leitura crítica do que se convencionou chamar de espetacularização, mercantilização e cooptação política da cultura urbana, que tem contribuído para o redesenho funcional de algumas cidades em todos os patamares da hierarquia urbana.

Entende-se que as manifestações da cultura popular apresentam uma nova dinâmica tanto numa perspectiva espacial (ampliam-se além das escalas local e regional e tendem a se concentrarem na cidade) quanto simbólica, uma vez que há uma adaptação ou recriação desses eventos no espaço urbano. Marilena Chauí (2006) reconhece a importância do lado lúdico da cultura, mas destaca que essa não se deve limitar apenas a ser um entretenimento ou algo mensurável mercadologicamente.

O nome de uma cidade, um monumento, uma forma espacial ou um ritual festivo pode tanto revelar elementos das práticas culturais de um povo quanto pode trazer velados interesses políticos, ideológicos de determinados grupos sociais hegemônicos ou hegemonzados. Existem diferenças entre as práticas culturais produzidas horizontalmente nos meios populares e a edificação equipamentos culturais instituídos formalmente com fins de promoção turística ou para promoção de megaeventos festivos.

Espetacularização, turistificação e culturalização, conceitos trabalhados por importantes autores contemporâneos, são explicitados notadamente em espaços metropolitanos. No entanto, qual a natureza, dinâmica e impacto desses processos em pequenas cidades do interior da Bahia? Como as dimensões materiais e imateriais da cultura aparecem em documentos institucionais como planos diretores urbanos de pequenas cidades da Região do Recôncavo Baiano? Essas e outras questões serão trabalhadas neste artigo a partir da análise das especificidades das cidades de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas.

As proposições de turistificação e a questão da centralidade cultural: o caso da cidade de Cachoeira

A questão cultural, nas suas dimensões espaciais, é tão relevante na contemporaneidade, que se nota de forma mais recorrente o uso de expressões como região cultural e paisagem cultural que se aplicam à leitura do Recôncavo baiano e estão relacionadas à concepção de centralidade cultural. O turismo cultural assentado nas potencialidades do patrimônio arquitetônico e paisagístico e nas festas populares foi abraçado pelos gestores públicos da cidade de Cachoeira como atividade econômica prioritária.

Nas últimas décadas, muitas cidades têm procurado investir na construção de uma imagem turística peculiar capaz de alavancar o *city marketing*. Se não existe uma tradição efetivamente construída pela coletividade sem uma intencionalidade gestonária específica, inventam-se tradições a partir de elementos culturais pré-existentes. Dessa forma surgiu e

creceu a tradição das festas juninas urbanas concentradas e espetacularizadas na histórica cidade de Cachoeira, no início da década de 1970, por iniciativa da Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia, vinculada à Secretaria de Turismo). Todavia, pode-se afirmar que, em relação às proposições de turistificação cíclica e perene de Cachoeira, existe um problema que nem a Bahiatursa nem a prefeitura conseguiram solucionar: o caráter pontual e estanque das principais festividades populares no calendário local. O desafio para os promotores da turistificação seria o seguinte: como promover um turismo de eventos impulsionado pelo patrimônio imaterial, como as festas populares, e relacioná-lo à museificação arquitetônica da cidade como um *continuum* temporal, abarcando, assim, outras manifestações culturais importantes? Os gestores públicos de Cachoeira buscam apoio institucional nas Secretarias do Turismo e da Cultura, notadamente na atualidade, lastreados pelo reconhecimento do caráter destoante e peculiar do potencial cultural reconhecido pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Essa iniciativa ganhou fôlego novo a partir do ano de 2008, com a campanha para que a cidade de Cachoeira seja tombada como patrimônio histórico da humanidade. Campanha essa que foi divulgada e oficializada aproveitando-se a visibilidade midiática das festas juninas espetacularizadas e as comemorações cívicas do dia 25 de junho quando se festeja a resistência daquela cidade à colonização portuguesa, através da delimitação do território livre do domínio de Portugal, após a Câmara de Cachoeira proclamar D. Pedro I como príncipe regente do Brasil, em 1822.

Apesar de toda volúpia dos gestores municipais no sentido de intensificar o processo de espetacularização de festas populares, um dos gargalos logísticos do turismo de eventos em Cachoeira é a falta de um fluxo contínuo de visitantes. Para solucionar esse problema, as municipalidades buscam alternativas para perenizar o seu papel de centralidade sazonal do entretenimento festivo. Nesse contexto, Cachoeira e, em menor grau, Amargosa se destacam porque os governantes não se limitam a esboçar um perfil de cidade festiva; busca-se uma polaridade cultural de espectro regional.

Consta do Plano Diretor Urbano (PDU) de Cachoeira que, em um cenário preditivo, para alavancar o desenvolvimento da cidade é essencial que se associe a sua força e cultura ao conceito de baianidade criando e fortalecendo um posicionamento de “capital do Recôncavo” (CACHOEIRA, 2006). O que se entende por Recôncavo, afinal? Recôncavo, Recôncavo Baiano, Recôncavo Sul e Território Recôncavo. Nessas três formas de denominação de uma das mais importantes regiões do estado da Bahia existem diferenças assentadas em aspectos econômicos, históricos, espaciais, culturais e no quantitativo de cidades. A expressão Recôncavo Sul foi durante muito tempo adotada pela Secretaria de Planejamento e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para tipificar um dos recortes espaciais da regionalização econômica do território baiano. Quando se fala em Recôncavo, pode-se incluir Salvador e Região Metropolitana, o que não acontece quando se usa

a expressão Recôncavo Sul ou a mais recentemente adotada Território Recôncavo. A marca “capital do Recôncavo”, aplicada a Cachoeira, está assentada em uma estratégia para estimular a visibilidade urbana, com fortes componentes políticos, culturais e mercadológicos, que tem por objetivo consolidar uma inserção regional peculiar. Essa proposição de centralidade cultural refere-se a elementos de natureza histórica e sociocultural, portanto, está relacionada à concepção de Recôncavo Baiano. Como se destacou anteriormente, a expressão Recôncavo Sul refere-se a aspectos socioeconômicos, enquanto que as abordagens sobre Recôncavo baiano estão assentadas sobretudo na dimensão cultural e histórica. Segundo o Plano Diretor Urbano de Cachoeira, para o êxito dessa proposição é necessário que o conceito de Recôncavo seja conjugado à baianidade. A expressão capital traz consigo um forte componente de centralidade política, administrativa, econômica ou cultural, que pode ser aplicado a Salvador, ou festiva, como nos casos de Caruaru, em Pernambuco, que se auto-intitula “capital do forró”. No caso específico de Cachoeira, além da polaridade festiva sazonal, vislumbra-se uma projeção regional dotada de uma relativa regularidade temporal assentada nos seus atributos culturais. No PDU projeta-se a afirmação de Cachoeira como pólo turístico do estado cerca de 8 a 12 anos após a publicação do referido documento institucional. Por isso, a veiculação midiática da marca de “capital do Recôncavo” nos eventos de elevada visibilidade, como as festas juninas espetacularizadas, é de relevante importância para consignação dos objetivos propostos. Desde 2008, transfere-se a capital do estado da Bahia para Cachoeira no dia 25 de junho, em um contexto festivo e de celebração cívica. A mudança provisória da capital política e administrativa do estado da Bahia tem um caráter simbólico e histórico-cultural relevante. São proposições, projetos e ações que visam racionalizar e consolidar uma centralidade cultural em uma dimensão preditiva.

No Plano Diretor Urbano de Cachoeira constam proposições atinentes à implantação de um centro de cultura e artes na área urbana, significando, assim, a formalização, através da fixidez e da materialidade edificada, dos propósitos de consolidação e ampliação da centralidade cultural, cujo raio de abrangência apresenta um espectro regional relacionado ao seu entorno imediato e descontínuo (trans-escalar; trans-regional). Devido a expressividade do seu patrimônio cultural material e imaterial, considera-se que Cachoeira exerce uma centralidade cultural perene, mesmo apresentando uma atividade turística ainda incipiente e sazonal. Por isso, a retórica do PDU é mais enfática no que concerne à museificação da cidade no seu conjunto do que na proposição de criação de centros culturais nucleados.

Seguindo-se a lógica capitalista de turistificação dos lugares na contemporaneidade, para a consolidação de um *cluster* turístico em um cenário preditivo, seria imprescindível a associação entre a patrimonialização física e imaterial e a exploração racional das potencialidades naturais, que dinamizariam Cachoeira a ponto de destacá-la no território baiano.

Uma análise mais detalhada dessas proposições e da moldura institucional que envolve sua possível implementação revela que não há um conjunto de ações sistematizadas que visem integrar as múltiplas potencialidades turísticas de Cachoeira com eventos importantes como as tradicionais festas juninas espetacularizadas no espaço urbano. A cidade em tela, inegavelmente, já é um pólo festivo do ciclo junino consolidado e apresenta eventos conhecidos nacionalmente como a festa de Nossa Senhora da Boa Morte. Entretanto, o projeto de construção de uma polaridade cultural efetiva e duradoura que congregue as várias facetas socioculturais do município ainda é apenas uma proposição institucional.

A retórica institucional e valorização da questão cultural nas cidades de Amargosa e Cruz das Almas

Assim como Cachoeira, Amargosa e Cruz das Almas também realizam megafestas juninas espetacularizadas em espaço público. Apesar de priorizar as festividades do ciclo junino como evento cultural estruturante do seu calendário festivo e turístico, os gestores públicos dessas duas cidades, nos últimos anos, têm procurado diversificar o leque de opções culturais. Em Amargosa, procura-se incentivar e divulgar as potencialidades gastronômicas, como consta do seu Plano Diretor Urbano, enquanto os gestores de Cruz das Almas têm procurado “revitalizar” manifestações culturais rurais. Recentemente, criou-se a Associação de Artesãos Cruzalmenses e denominou-se a cidade cenográfica montada no ciclo junino de Praça do Artesanato, onde se comercializa alguns produtos cerâmicos ou outros *souvenires* locais. É importante ressaltar que o artesanato e a gastronomia são apontados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável como importantes manifestações culturais, mensuradas como relevantes atrativos turísticos no referido documento institucional.

No PDU da cidade de Cruz das Almas não consta uma proposição sistematizada de turistificação a partir da promoção de festas juninas espetacularizadas, todavia, reforça-se a retórica da polaridade festiva e de uma eventual centralidade cultural. Em termos de ação sistematizada em relação à questão cultural, pode-se mencionar a iniciativa do Departamento Municipal de Cultura, que fez um trabalho de “resgate” de manifestações culturais como samba de roda, samba de enxada, capoeira regional, artesanato, presépio e terno de Reis, que são práticas predominantemente rurais. A expressão “resgate”, utilizada pela Secretaria de Cultura é um indicativo do caráter residual de muitas dessas práticas culturais.

Pode-se afirmar que não existe um descompasso entre as proposições comunitárias, que apontam para vaticínios atinentes à concepção da cidade como pólo cultural e festivo, e as proposições retóricas do PDU de Cruz das Almas. Durante a elaboração do Plano Diretor Urbano, entre os cenários vislumbrados na participação comunitária constam depoimentos de

moradores fazendo apologia à cidade e vislumbrando um futuro no qual Cruz das Almas se destaque como pólo econômico e cultural no Recôncavo Baiano. Essas ilações são construídas em um cenário exploratório, a partir da leitura de elementos do presente, e potencializadas por questões de ordem topofílica, que alimentam o imaginário local, fazendo as pessoas produzirem e reproduzirem expressões enfáticas como “Rainha do Planalto” e cidade “universitária”, para se referir à cidade em tela. Segundo Yi-Fu-Tuan (1980) o termo topofilia pode ser compreendido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar. Essa leitura topofílica, que faz as pessoas enaltecerem, defenderem o lugar, muitas vezes é cooptada pela racionalidade administrativa das municipalidades que buscam na peculiaridade local / regional dos lugares elementos para impulsionar o *city marketing* em uma perspectiva turística.

As pessoas tanto desejam a consolidação de Cruz das Almas como pólo cultural, quanto vislumbram uma maior participação da coletividade nas questões sociopolíticas, ou seja, uma maior horizontalização na gestão da cidade. Os gestores públicos de Cruz das Almas, desde os anos 1990, entendem que as festas juninas espetacularizadas na área urbana se constituem em um evento cultural impulsionador de uma eventual atividade turística local, apesar dessa política cultural não ser unanimidade entre os moradores do município. Do ponto de vista da intervenção física das municipalidades, propõe-se a criação de um Museu do Fumo, uma importante atividade econômica local / regional há muitas décadas, e a construção de um centro de convenções, equipamento público inexistente no Recôncavo Sul da Bahia. Além de explicitar o papel de polaridade regional, a partir da oferta de serviços e de educação no seu Plano Diretor Urbano, fica implícita na retórica institucional o desejo de consolidação de uma polaridade cultural. O Museu do Fumo seria instalado em uma antiga estação ferroviária desativada, uma edificação em estilo modernista, situada na entrada da cidade, em uma área cogitada no PDU para abrigar a festa junina concentrada. Enquanto cidades históricas como Cachoeira buscam a polaridade regional na dimensão cultural, através da museificação urbana, Cruz das Almas, que não possui um centro histórico, insere-se no contexto do rebatimento espacial na escala local das macropolíticas assentadas na musealização, balizadas pela patrimonialização cultural, a partir da leitura de determinadas especificidades culturais.

A cidade de Amargosa realiza, desde os anos 1990, uma grande festa junina muito conhecida em âmbito estadual. A polaridade festiva de Amargosa no período junino é o eixo norteador de um projeto mais amplo de centralidade regional assentada no patrimônio cultural. Consta do Plano Diretor Urbano do município dois projetos expressivos para a área cultural: a criação do centro de cultura e a criação do Museu do Vale do Jequiriçá. A patrimonialização e museificação cultural é uma tendência mundial que galga os patamares da rede urbana, atingindo não só grandes centros metropolitanos como também centros sub-regionais e as cidades locais. No caso específico de Amargosa, trata-se de uma estratégia de inserção da

cidade como um pólo cultural, que exerce influência em uma porção territorial do Recôncavo baiano. No PDU da cidade em tela, realça-se como uma das diretrizes para a política municipal de cultura, a elaboração de diagnóstico cultural regional, subsidiando a construção de uma estratégia de hegemonização de Amargosa no âmbito cultural regional. Uma das ações pontuadas como importantes para a viabilização desse projeto é a valorização e os incentivos aos movimentos culturais locais e regionais. O caráter pontual do turismo e a natureza monolítica dessa atividade econômica é um problema diagnosticado e um desafio a ser transposto para consignação desses objetivos propostos.

O interesse em consolidar Amargosa como pólo cultural vai além do seu papel de centralidade festiva sazonal do período junino e, de acordo com a retórica institucional, vislumbra-se uma perspectiva mais ampla ancorada na sedimentação de um *continuum* turístico, festivo e cultural. O próprio topônimo regional “Vale do Jequiçá” remete à leitura de uma “região cultural”. Além dos elementos intangíveis da esfera do simbólico, busca-se na materialidade a afirmação cultural dessa cidade no Recôncavo, com a construção do museu regional e da casa da cultura. Em outras cidades históricas do Recôncavo baiano, como Cachoeira e Nazaré, a construção de equipamentos culturais centrais como museus temáticos ou centros de cultura de forma geral não aparecem de forma tão enfática na retórica institucional porque acredita-se que os ganhos com o *city marketing* assentado na museificação urbana sejam mais relevantes, ou seja, mesmo que conste nos planos diretores urbanos uma delimitação de áreas consideradas como centro histórico, reforça-se a o discurso de que a cidade como um todo é um museu. A museificação urbana está relacionada à cenarização e turistificação do lugar.

As proposições de uma eventual centralidade cultural na escala regional é dimensionada a partir de elementos formalistas, materiais e da exploração racional da tradição inventada do São João espetáculo de Amargosa. Visando atingir esses objetivos, nas festas juninas espetacularizadas em praça pública do ano de 2007 homenageou-se a cultura do Recôncavo Baiano. A retórica dos promotores das festas juninas de Amargosa, assentada na regionalidade cultural, transita do recorte sub-regional (Vale do Jequiçá) à escala nacional (tradições, cultura brasileira) fazendo inferência à dimensão macro-regional (Região Nordeste). Visando viabilizar esse papel de centro cultural regional, convidaram-se outras cidades da Bahia para mostrarem suas manifestações culturais em um contexto atual de forte valorização da cultura como marca, símbolo, grife, mercadoria e elemento propulsor de uma imagem-síntese da cidade.

Reflexões finais

Nos planos diretores urbanos de algumas cidades do Recôncavo, nota-se uma preocupação de se resgatar, buscar ou encontrar uma suposta identidade cultural da cidade. Muitas vezes, a mudança ou reinvenção dos lugares passam a ser vistas como uma perda de uma certa “aura” do lugar. Concebe-se uma suposta identidade cultural da cidade como algo engessado, petrificado e cenarizado. Paradoxalmente, em muitos casos, critica-se a concepção petrificada de patrimônio cultural, no entanto, petrifica-se da mesma forma, na medida em que concebem cultura como cenário, engessando assim toda sua complexidade e dinamismo. Um questionamento pertinente seria: o que é cultura afinal? Segundo Don Mitchell (1999), a cultura, no sentido ontológico como é colocada não existe, o que existe é uma idéia, uma concepção de cultura, que pode ser disseminada para atender a diferentes interesses. Se por um lado o patrimônio cultural não é petrificação de práticas do passado, por outro, acredita-se ser desnecessária a busca de uma suposta identidade cultural monolitizada. Qual seria o eixo norteador ou estruturante de uma identidade cultural urbana? Qual seria a identidade cultural de Amargosa? Essa suposta identidade cultural estaria ligada aos folguedos e manifestações festivas do passado ou à promoção de festas / eventos espetacularizados no presente, mesclada ao *slogan* de cidade-jardim (por causa da composição estética e paisagística das suas praças) no caso de Amargosa e “cidade / museu” no caso de Cachoeira? Em primeiro lugar não existe essa identidade enquanto unidade essencialista e muito menos um distanciamento compartimentado entre passado e presente. As múltiplas identidades de importantes cidades do Recôncavo como Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Nazaré e Santo Amaro, constituem-se em constructos incessantes, em uma trama de dialogicidade entre passado e presente, envolvendo múltiplos agentes, práticas e espaços de atuação, transformação, dinamização e apropriação.

A expressão “alavanca cultural” utilizada no Plano Diretor Urbano de Cachoeira demonstra o interesse dos gestores públicos locais em assentar o desenvolvimento urbano nas potencialidades multi-identitárias e diversas de seu patrimônio cultural. Essa proposição difere em parte daquela apresentada por Amargosa e Cruz das Almas, que monolitizam o seu *marketing* urbano, utilizando como elemento catalisador as grandes festas juninas. A propósito, nessas duas últimas cidades, as festas em espaço público e privado coexistem a partir de uma simbiose sincronizada. No caso específico das festas juninas em Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas, a diversidade da matriz programática é um reflexo da própria natureza híbrida e dinâmica dos eventos culturais da atualidade, notadamente no espaço urbano.

A “identidade cultural” de uma cidade pode ser inventada pelos gestores públicos, para fins de promoção de uma imagem-síntese de cidade sazonalmente turística? Do ponto de vista da dinâmica cultural, sabe-se que não; entretanto, no atual contexto de turistificação exacerbada, determinadas iniciativas das municipalidades, quando bem lastreadas midiaticamente, podem

produzir peculiaridades culturais “fabricadas”, que passam a ser exibidas de forma intensa nos meios de comunicação, e acabam se transformando em imagens-marca de determinadas cidades. Evidentemente que as manifestações festivas, folclóricas, cênicas e as práticas gastronômicas de uma cidade como Cachoeira se transformaram nos últimos anos, sem necessariamente comprometer uma suposta identidade cultural urbana ou esgarçar o patrimônio histórico-cultural, por isso, e expressão “hibridização cultural”, no sentido apontado por Nestor Garcia Canclini (2003), poderia ser utilizada, em vez de “descaracterização”. Além disso, outras expressões como “resistência cultural” e “preservação da identidade”, muito frequentes em alguns planos diretores urbanos, são questionáveis, notadamente quando se aborda questões atinentes aos processos culturais no / do espaço urbano, que apresentam uma dinamicidade expressiva.

Referências

AMARGOSA. Prefeitura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Amargosa*. Relatório de Leitura da Cidade – Parte I – Perfil Urbanístico local. Amargosa / Ba, dez. 2006.

ARANTES, Otília B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da Modernização Arquitetônica*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável*. Pólo Salvador e entorno. Volume I – Diagnóstico. - Salvador, abril de 2004.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI – *Informações básicas dos municípios baianos* – Região Econômica do Recôncavo Sul. Salvador: SEI, 1998.

CACHOEIRA. Prefeitura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cachoeira*. Perfil urbanístico. Prefeitura Municipal de Cachoeira. Lei 730 / 2006. Salvador, PCL, 2005. Cachoeira / Ba, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CASTRO, Janio Roque B. de. A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia de turistificação de pequenas cidades da Bahia. *Bahia: Análise e Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 487 – 498. Jul./Set. 2009.

CHAUÍ, Marilene. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. – 1. ed. – São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2006.

CORRÊA, R. Lobato. *O espaço urbano*. – São Paulo: Ática, 1993.

_____. *A rede urbana*. – São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ DAS ALMAS. Prefeitura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano* de Cruz das Almas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Cruz das Almas /Ba, 2001.

FERNANDES, Ana. Cidades e Cultura: rompimento e promessa. In: JACQUES, P. Berenstein e JEUDY, H. Pierre. (orgs.) *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Tradução de Rejane Janowitz. – Salvador: EDUFBA / FAUFBA, 2006. Pp. 51 – 64.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura na Geografia. *Espaço e cultura*. – Rio de Janeiro, n. 8, pp. 31 – 51, agosto/dezembro de 1999.

TUAN, Yi – Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção. Atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1980.